

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

MARCOS AURÉLIO PERRONI DOS SANTOS¹

DOI: <https://doi.org/10.47977/2318-2148.2020.v8n13p42>

RESUMO

O presente trabalho faz considerações sobre a percepção ambiental e como este tema pode auxiliar na gestão das Unidades de Conservação (UC). A percepção que uma pessoa tem sobre um determinado ambiente ou objeto vai depender da sua vivência, da sua cultura, das suas experiências e visão de mundo. Por este motivo, cada indivíduo interpreta de maneira distinta um mesmo elemento. O mesmo ocorre com as UC, onde cada visitante possui uma percepção diferente do mesmo território, a qual é denominada de percepção ambiental. Isso influencia diretamente na conservação desses espaços, pois suas ações dentro dos mesmos são reflexos dessa percepção. Os estudos sobre percepção ambiental podem contribuir para minimizar os impactos dentro de UC e aprimorar os trabalhos de educação ambiental.

Palavras chaves: Percepção, gestão, conservação.

LA PERCEPCIÓN AMBIENTAL COMO HERRAMIENTA DE GESTIÓN ESTRATÉGICA EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN

RESUMEN

El presente trabajo hace consideraciones sobre la percepción ambiental y cómo este tema puede ayudar en el manejo de las áreas protegidas. La percepción que una persona tiene sobre un determinado entorno u objeto dependerá de su experiencia, su cultura, sus experiencias y cosmovisión. Por esta razón, cada persona interpreta un mismo elemento de manera diferente. Lo mismo ocurre con las áreas protegidas, donde cada visitante tiene una percepción diferente de un mismo territorio, lo que se denomina percepción ambiental. Esto influye directamente en la conservación de estos espacios, ya que sus acciones dentro de ellos son reflejos de esta percepción. Los estudios sobre percepción ambiental pueden contribuir a minimizar los impactos dentro de las áreas protegidas y mejorar el trabajo de educación ambiental.

Palabras clave: Percepción, manejo, conservación.

O QUE É PERCEPÇÃO?

Para compreender o que é percepção é necessário entender um pouco mais sobre fenomenologia que, segundo Maurice Merleau Ponty (1999), é o estudo das essências e de todos os problemas, como por exemplo, definir a essência da percepção ou a essência da consciência. Os estudos de fenomenologia ganharam destaque na Alemanha através de Edmundo Husserl (2000), filósofo e matemático, responsável por influenciar diversos pensadores como Maurice Merleau-Ponty e Jean Paul Sartre, por exemplo. Simplificando o termo, pode-se dizer que consiste nos estudos dos fenômenos.

A fenomenologia contribui para explicar que o ser humano enxerga o mundo e seus fenômenos através da sua cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, entre outros. Os fenômenos aparecem na forma de signo que são percebidos e interpretados

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ). E-mail: marcosperroni@id.uff.br

pela linguagem verbal e não verbal (imagens e gestos, por exemplo), o qual ocorre através da semiótica (ROCHA, 2002/2003).

Merleau-Ponty (1999) explica que a percepção está enraizada no nosso corpo, pois é através dela que se experimenta e conhece o mundo, portanto a percepção é vivida como direta e imediata. Tudo aquilo que sabemos do mundo, sabemos a partir de uma visão ou de uma experiência do mundo, o autor conceitua:

“A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada, ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.6).

A superfície da Terra é muito variada, mas são mais variadas ainda as maneiras como as pessoas percebem e avaliam essa superfície (TUAN, 1980). A percepção está relacionada com a experiência vivida de cada ser humano, sua cultura, sua visão de mundo, entre outros fatores. Essa percepção se dá através dos sentidos. Um mesmo objeto pode ser visto de maneira distinta por duas pessoas, mesmo que pertençam a uma cultura equivalente. Entretanto, a percepção não é algo imutável, mas muito pelo contrário, ela pode ser alterada rapidamente quando a pessoa descobre ou é induzida a olhar e sentir de outra forma.

Yi-Fu Tuan (1980) define percepção como:

“Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra e são bloqueados” (TUAN, 1980 p.4).

O nosso contato com o mundo exterior ocorre através dos órgãos sensoriais, de maneira seletiva e instantânea, propiciando a sensação. Isso se dá através da visão, do olfato, do paladar, da audição e do tato-cinestesia. Essas sensações perpassam por filtros culturais e individuais, que são produto de interesse, da necessidade e da motivação, para se tornarem percepção (OLIVEIRA, 2012). Cecchin e Limberger (2011) explicam que a percepção de cada pessoa processa-se através de padrões culturais, geográficos e históricos.

Segundo Byington (2019) os órgãos dos sentidos contribuem para formação da consciência, cada um deles opera de diversas maneiras como símbolo e função estruturante. O autor faz uma analogia entre *hardware* e *software*, onde o primeiro se compara as funções fisiológicas e o segundo os componentes subjetivos que são produzidos pela cultura milenar da humanidade. Ele exemplifica com o idioma, onde o *hardware* é a nossa capacidade de fala herdada geneticamente e o *software* é a língua específica que aprendemos.

Conforme mencionado, a relação do ser humano com o mundo se faz através dos sentidos e Byington (2019) descreve cada um deles:

Visão → A nossa visão é tridimensional (estereoscopia) e a cores, característica que aliada a bipedestação e a oponência do polegar colaborou para a nossa capacidade global. Frequentemente o conhecer está relacionado com o ver.

Audição → constrói a consciência conhecendo e catalogando as coisas através do som, entretanto, com a evolução a nossa capacidade auditiva diminuiu muito. Isso foi compensado pelo desenvolvimento da linguagem, pois o aparelho auditivo é o receptor sonoro, portanto, inseparável da fala.

Olfato → Através da evolução foi diminuído de importância, mas com a criação dos perfumes transformaram a função estruturante do olfato numa das mais sofisticadas funções da civilização.

Paladar → Contribuiu para modificação da alimentação que, quando aliado ao olfato, se transformaram em referência na identidade e na história de civilizações.

Tato → O desenvolvimento cultural acabou limitando a sensibilidade, pois ocultou através da forma que nos vestimos, devido ao clima, da moral e da vaidade.

O ser humano percebe o mundo através da junção de todos esses sentidos, em determinados momentos usamos mais um em detrimento de outro, mas estão sempre relacionados. Quando sentimos o cheiro de alguma comida automaticamente nos recordamos do paladar que ela possui, por exemplo. Ao visualizar a floresta uma pessoa pode se sentir em harmonia com a natureza e ter sentimentos de paz, enquanto que para outra pode representar medo e aflição devido aos animais peçonhentos ou aos filmes de terror. A percepção que temos de algo é fruto dos nossos sentidos aliados com aquilo que foi vivenciado ao longo dos anos.

A percepção acontece na medida em que cada ser humano utiliza os órgãos sensoriais de maneiras distintas, pois em uma determinada cultura um sentido pode ser mais utilizado que o outro. Como resultado, ocorre a diferenciação nas atitudes com o meio ambiente e na capacidade real dos sentidos. Através disso as pessoas podem desenvolver uma resposta ao meio ambiente como a topofilia e topofobia. A primeira está associada a um sentimento de prazer por um lugar, já o segundo não possui ligação com o emocional, mas sim com as imagens percebidas e que cria uma aversão ao lugar (TUAN, 1980).

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Os eventuais conflitos relacionados às unidades de conservação (UC) estão sempre em evidência e parcelas da população percebem esses espaços de maneiras distintas. Por exemplo, algumas pessoas são mais preservacionistas e defendem a manutenção dessas áreas de forma intocada. Partem do princípio que toda ação humana é potencialmente degradadora dos sistemas ambientais. Outras creem que as ações humanas podem ser compatibilizadas com a manutenção do equilíbrio ecossistêmico, portanto têm uma posição mais conciliadora, compatibilista ou conservacionista.

A conservação está relacionada com o uso racional e criterioso dos recursos naturais, enquanto que a preservação está vinculada a uma contemplação e apreciação estética e espiritual da vida selvagem, ou seja, não pode ser “tocada” ou manejada (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) elucida que Gifford Pinchot (1865 - 1946), engenheiro florestal e político norte americano, criou um movimento onde relacionava a conservação com o uso racional dos recursos naturais. Segundo ele, os processos naturais ocorrem num ritmo mais lento que a intensidade de exploração dos recursos, gerando impactos negativos sobre a própria natureza. A aplicação de técnicas de manejo pode contribuir para tornar a exploração mais eficiente sem produzir tantas alterações negativas nos processos naturais. Nessa linha de pensamento desenvolveram-se as diretrizes contemporâneas do que denominamos hoje de “desenvolvimento sustentável”.

De acordo com a sua categorização, esses espaços de conservação recebem classificações específicas. Os termos mais utilizados são Áreas Protegidas (AP) e Unidades de Conservação (UC), sendo o primeiro é utilizado internacionalmente, enquanto o segundo é aplicado apenas no Brasil. Essas categorias sofrem subdivisões conforme os objetivos e, no caso brasileiro, essa classificação consta no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Internacionalmente, a categorização mais adotada é realizada pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN).

O SNUC (2000) define Unidade de conservação como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites

definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

A UICN (2013) define Área Protegida como:

“... um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e manejado através de meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”

Para determinados segmentos comerciais a criação desses espaços pode implicar em prejuízos financeiros, pois é capaz de limitar e/ou impedir o crescimento econômico. Como exemplo, temos o setor agrícola que percebe a criação de UC como fator impeditivo de ampliação dos territórios de produção. Para outros segmentos, a conservação dos espaços naturais é um fator de geração de benefícios e lucros, tais como: empregos, arrecadação de impostos, manutenção de serviços ambientais estratégicos, etc. Exemplificando, para o ramo imobiliário a conservação de áreas naturais pode significar valorização para os imóveis já existentes, uma vez que parcelas da população estaria disposta a pagar para morar próxima às áreas verdes, mesmo que dentro de um centro urbano.

Devido à “crise ambiental”, difundiram-se nos anos 1970 as propostas relacionadas aos estudos sobre a percepção ambiental, tendo iniciado no Brasil principalmente através da professora Lívia de Oliveira (CECCHIN e LIMBERGER, 2011). Pertencente ao quadro do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, foi responsável por introduzir os trabalhos sobre essa temática na Geografia durante o início da década de 1980 (GUIMARÃES, 2009).

Compreender a percepção de um indivíduo é um trabalho meticuloso, pois cada pessoa tem uma visão diferente das coisas. Um mesmo objeto pode ser interpretado de diversas formas, isso decorre da sua cultura, da idade e da visão de mundo, por exemplo. O mesmo se verifica com relação às UC, pois os frequentadores podem “enxergar” uma mesma UC de forma distinta. Isso leva a diferentes interpretações, portanto, diferentes formas de agir dentro dessas áreas. Dessa forma, os estudos sobre a temática são importantes para conhecer as relações que se articulam entre as pessoas e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações, julgamentos e condutas com relação ao espaço em que está introduzido (VASCO e ZAKRZEWSKI, 2010).

A diferença de percepção entre pessoas pode influenciar diretamente na preservação de áreas naturais, pois estes desempenham diferentes funções nos ambientes (FERNANDES et.al, 2004). A ação que uma pessoa realiza em uma determinada área está relacionada com a percepção que ela tem do lugar. Exemplificando, se dois moradores residem no entorno de uma UC, um deles pode perceber a área como espaço de expansão do seu terreno e tentar invadi-la. O outro pode entender que, por ser uma área de proteção, deve respeitar seus limites. Compreender essas diferenças é fundamental para colaborar na conservação dos sistemas ecológicos.

A professora Lívia de Oliveira (2012) esclarece que existem duas denominações para o termo, pode-se falar em percepção do ambiente e percepção ambiental. O primeiro é mais abrangente e compreensível, já o segundo possui o seu significado mais restritivo. Elucida ainda, que o segundo termo é o que tem sido mais utilizado pelos estudiosos.

Vasco e Zakrzewski (2010) realizaram uma pesquisa onde analisaram os trabalhos sobre percepção ambiental publicados nos Programas de Pós-Graduação (PPG) *Strictu-Senso* no Brasil, durante os anos de 1988 a 2007. O estudo revelou que a produção acadêmica no país sobre o tema cresceu a partir dos anos 90, isso se explica devido ao aumento da consciência global e brasileira sobre questões ambientais, os quais foram estimulados pelos movimentos sociais e realização de grandes eventos.

Pacheco e Silva (2006) trazem uma importante crítica epistemológica sobre os estudos de percepção ambiental, pois argumentam que os instrumentos utilizados para ouvir

as comunidades e avaliar suas percepções, podem expressar os compromissos ideológicos dos envolvidos na administração das áreas protegidas. Os mesmos autores esclarecem que por se tratar de uma representação científica, possui sua utilidade definida pelos propósitos que embalam o projeto do pesquisador. Ao discutir o conceito, o mais importante é esclarecer as perspectivas científicas, sociais ou políticas veiculadas através da utilização desse conceito e não se preocupar em quais das representações elucidam melhor a realidade (PACHECO e SILVA, 2006).

A definição do termo percepção ambiental não é tão fácil, por isso vale mais a pena experienciá-la do que defini-la (OLIVEIRA, 2012). Já segundo Fernandes (2004) pode ser definida como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem. “A percepção ambiental possibilita a compreensão do eu e do outro, das relações afetivas, dos sentimentos e da relação com o ambiente” (ORSI et.al, 2015).

A percepção ambiental pode se diferenciar de acordo com o ambiente, por este motivo Oliveira (2012) elucida uma diferenciação entre percepção ambiental urbana, rural e selvagem conforme o Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Diferentes percepções ambientais, segundo OLIVEIRA (2012)

| Percepção ambiental urbana | Percepção ambiental rural | Percepção ambiental das regiões selvagens |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● É preciso considerar os anseios da população com o espaço urbano; ● De que maneira esse meio ambiente era e é visto pela sociedade; ● Somente durante os períodos de chuvas que a população se recordam que estão sobre um relevo e vegetação; ● Prever e organizar áreas recreacionais intra-urbanas → planejamento ● Os planejadores e urbanistas ao implantarem uma área verde recreacional, devem considerar a localização, o uso, a finalidade em relação aos cidadãos, moradores ou visitantes da cidade. ● Ao ser fundada uma cidade, em geral, não são respeitadas as leis da natureza do sítio urbano, significando uma falta de percepção e cognição ambientais elementares. | <ul style="list-style-type: none"> ● É preciso mudar a percepção que o meio ambiente rural é inesgotável, pois esse raciocínio pode gerar ações que causam alguns impactos ambientais; ● A percepção ambiental da paisagem rural é sempre eivada de pobreza e de riquezas, pois está subordinado as dependências climáticas, econômica entre outras; ● Tão importante quanto a percepção urbana. | <ul style="list-style-type: none"> ● Termo selvagem usado para designar regiões virgens e com pouco contato com o civilizado; ● As regiões selvagens foram, inicialmente, vistas como hostil, cruel e refúgio do mal. Com o tempo foi romantizada, locais de mistério e encantamento, que posteriormente foi esquecida pela ciência; ● O meio ambiente selvagem só foi percebido e valorizado pela população urbana quando constataram a separação entre homem e natureza; ● A natureza selvagem provoca sentimentos opostos: o do encantamento e da perigosa; ● O selvagem é mais um símbolo dos processos ordenados, mais subjetivo que objetivo, não é urbano e nem rural, é um intermédio. |

Fonte: Oliveira (2012), elaboração própria.

A percepção não é imutável, muito pelo contrário, ela pode mudar constantemente ao longo da vida de uma pessoa. O importante sobre esses estudos é compreender as diferentes percepções dos visitantes e moradores, pois através disso é possível sensibilizá-los e fazer com que mudem a sua visão, caso seja necessário. Esses estudos fornecem subsídios para a tomada de consciência da população e garante que todos possam contribuir para a conservação dos ecossistemas. Palma (2005) elucida que “quando falamos que a percepção

ambiental deve estar presente em cada momento da nossa vida, estamos dizendo: pare, olhe, sinta, escute...”.

A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS

Uma das estratégias aplicadas para a conservação de ecossistemas é a criação de UC, responsáveis não só pela proteção do patrimônio ambiental, mas também pelo importante papel social que desempenham como os serviços ambientais, as alternativas econômicas e a educação ambiental (SANTOS e PIMENTEL, 2017). Para que as UC possam cumprir a sua finalidade, é fundamental que se reconheça o valor da mesma, para tal é necessário que se realizem estudos que levem em conta o fator humano nas questões sobre conservação (SANTOS e PIMENTEL, 2017). No âmbito do senso comum, em geral, as pessoas não se veem integradas à natureza, o que pode ter relação com inúmeros conflitos socioambientais. A participação social durante a implementação das UC é fundamental para os propósitos da conservação e os estudos de percepção são essenciais para a eficácia de todo processo.

Do ponto de vista legal, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), incentiva populações locais a participarem da criação e administração das UC, conforme o artigo 5º, inciso III: *‘assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação’* (BRASIL, 2000). No inciso V está assinalado a necessidade de que se *‘incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional’* (BRASIL, 2000). Essa lei fornece garantia jurídica para que essas pessoas, sejam moradores do entorno e/ou ocupantes do território, atuem também na gestão. Na prática, sabe-se que a grande maioria da população não tem conhecimento sobre esse direito e alguns diretores de UC podem também dificultar o diálogo.

As diferentes visões sobre o território podem gerar conflitos que, às vezes, se prolongam por anos e proporcionam diversos impactos negativos para as UC, daí a importância de se buscar a compreensão sobre as percepções que a população possui sobre determinada área. A partir desse ponto, gera-se uma base de conhecimento para mitigar conflitos e planejar um trabalho de gestão mais direcionado e assertivo. Além disso, essa informação vai contribuir para um trabalho de educação ambiental mais consistente, tendo como referência as diferentes percepções sobre o território de conservação. O planejador pode conceber um ambiente ideal, como uma Área de Proteção Ambiental (APA) ou um Parque Natural, por exemplo. Entretanto, isso não representa, necessariamente, a realidade das pessoas que irão usufruir, pois o ambiente ideal para eles pode ser outro. Através dos estudos de percepção é possível entender a variedade de interpretações do ambiente a nossa volta (COSTA e COLESANTI, 2011).

Portanto, as avaliações sobre percepção ambiental são excelentes ferramentas para se conhecer as visões e valores daqueles residem dentro e/ou fora das UC, além dos próprios gestores, visitantes e pesquisadores. Dessa forma é possível avaliar e corresponder melhor as expectativas e necessidades, favorecendo um comportamento conservacionista (TORRES e OLIVEIRA, 2008). A seguir, são apresentados alguns relatos de experiências de avaliações e diagnósticos sobre percepção ambiental em áreas protegidas.

Santos e Pimentel (2017) realizaram um estudo sobre o Parque Natural Municipal de Curió de Paracambi no estado do Rio de Janeiro, onde analisaram o papel social que a UC desempenha a partir da percepção ambiental. Constataram a carência da população local sobre o significado de uma UC, pois não ocorreram muitas iniciativas prévias de sensibilização sobre o tema. Os autores ainda ressaltam que este problema não é exclusivo da região. Isso sinaliza a importância do aprimoramento e expansão dos trabalhos de sensibilização ambiental.

Outro estudo realizado por Ayivor, Nyametso e Ayivor (2020) revelou a importância dos estudos de percepção das Áreas Protegidas (AP) em Gana, na África. Foi constatado que 89% dos entrevistados eram camponeses pobres que residiam e mantinham suas plantações no entorno dessas áreas. Os maiores problemas encontrados foram: a forma de uso das terras adjacentes, a mineração em pequena escala e caça furtiva, além de invasão de animais selvagens em fazendas, principalmente por elefantes. A principal reclamação dos moradores foi a arrogância dos funcionários das AP e a criminalização que pequenos delitos, além de que muitos afirmaram que nunca colaboraram com a gestão devido à essas tensões. Existiram relatos de chicotadas dos funcionários nos moradores, pois eles mataram animais selvagens que invadiram suas propriedades. Segundo os mesmos autores, a solução dos conflitos passa por uma gestão mais colaborativa entre os diversos atores do contexto econômico, ecológico e institucional. No caso relatado, o regime de governança não levou em consideração a pobreza local das comunidades adjacentes e os conflitos entre humanos e animais. Para que essas áreas sejam administradas com eficácia é preciso promover a integração entre população local e os grupos de interesse, além de influenciar positivamente as percepções e atitudes locais em relação à mudança de comportamento.

Teles (2015) realizou um estudo onde identificou a percepção ambiental da comunidade Tenda do Moreno, a qual se encontra no entorno do Parque Estadual do Pau Furado (PEPF) em Uberlândia-MG. A autora concluiu a importância de uma maior aproximação da gestão do parque com a comunidade do entorno, pois muitos deles apresentam uma visão antropocêntrica, um número significativo não compreende as funções socioambientais do PEPF e outros não conhecem a UC. Como ponto positivo a autora cita o reduzido número de entrevistados que possuem uma visão negativa em relação ao parque.

As pesquisas citadas destacam a importância da realização de estudos sobre percepção ambiental, uma vez que identificam e detalham os problemas existentes. No caso da pesquisa de Ayivor, Nyametso e Ayivor (2020) o que se percebe é um conflito muito intenso, pois a gestão dessas Áreas Protegidas através de suas ações agressivas, influencia negativamente na percepção dos moradores do entorno. Isso faz com que eles criem uma aversão a essas áreas, portanto, não cumprindo o seu objetivo de educação ambiental. As medidas externas podem ser as responsáveis por induzir no ato perceptivo, a forma de comunicação pode comprometer a relação entre moradores e poder público, como exemplo pode-se citar a limitação de informações (RODRIGUES et.al, 2012).

Vale destacar que entre as técnicas mais utilizadas para a coleta de dados, estão as entrevistas e a aplicação de questionários. Pode-se optar, a depender do objetivo, por uma análise qualitativa ou quantitativa das informações. Ao se trabalhar com a última análise, é importante que se estabeleça o tamanho da amostra, pois isso possibilita um maior nível de confiança em relação aos dados, conforme sugerem as obras de Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2003).

A conservação dos territórios protegidos abrange um grupo muito heterogêneo, portanto, se faz necessário escutar todos os atores envolvidos, seja direta ou indiretamente. A IUCN explica que a governança de áreas protegidas integra uma diversidade de atores como ministérios, agências governamentais, povos indígenas, comunidades locais, ONGs, entre tantos outros. Além dos estudos de percepção contribuírem na mitigação de conflitos, também permitem entender o que os visitantes esperam de uma determinada UC.

CONCLUSÃO

Percebemos o mundo através dos nossos sentidos e realizamos a “interpretação” através da nossa cultura e do modo como fomos educados, o mesmo pode ser percebido nas Unidades de Conservação. Diferentes pessoas possuem diferentes percepções sobre esses espaços, isso pode variar da sua criação, da forma como os gestores recebem os visitantes,

da relação que estabelecem com a comunidade do entorno, de como é feito o trabalho de educação ambiental, entre outras variáveis.

Os estudos sobre percepção ambiental contribuem para identificar a “visão” que os frequentadores e/ou moradores do entorno possuem sobre uma determinada UC, compreender seus anseios também é importante, pois permite direcionar as ações. Evidencia ainda como o trabalho da gestão é capaz de influenciar na percepção dos visitantes e moradores do entorno.

Para que essa gestão seja efetiva e concilie a conservação dos ecossistemas com o uso controlado de seus recursos, no caso das Unidades de Conservação de uso sustentável, e a visitação como estratégia de educação ambiental as pesquisas de percepção ambiental aparecem como uma importante ferramenta. São capazes de gerar diagnósticos ao traçar o perfil dos visitantes e moradores, suas percepções sobre a UC e entender as suas ações. Com este conhecimento os gestores podem planejar trabalhos mais direcionados e assertivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYIVOR, J. S.; NYAMETSO, J. K.; AIYVOR, S. **Protected area governance and its influence on local perceptions, attitudes na collaboration.** Land, 9, 310, 2020. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2073-445X/9/9/310>>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

BYINGTON, C. A. B. Os sentidos como funções estruturantes da consciência. Um estudo da psicologia simbólica. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica**, 1º Seminário, v. 37-1, p. 201-208, 2019.

CECCHIN, J.; LIMBERGER, L. **A importância de estudos de percepção ambiental como subsídios para a educação ambiental.** I Seminário Internacional dos espaços de fronteira. III Seminário regional sobre território, fronteira e cultura. VII Expedição geográfica da UNIOESTE: Espaços de fronteira - território e ambiente. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Setembro de 2011.

COSTA, R. G.; COLESANTI, M. M. **A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes.** RA`E GA 22, p. 238-251, Curitiba, 2011.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed: HUCITEC, São Paulo, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia.** Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2000. 133p.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental, 2004. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepção Ambiental: percepções e valores. **OLAM - Ciência e Tecnologia – Rio Claro – SP.** Ano IX, vol. 9, n. 2, p 275, jan-jul/2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, M. **Questionários: Recomendações para formatação.** IPEA. Brasília, 2005.

- MERLEAU-PONTY, M.. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed: Martins Fontes, 1999.
- OLIVEIRA, L. Percepção Ambiental. **Revista Geografia e Paisagem**, Ourinhos, v. 6, n. 2, jul./dez. 2012. p. 56 – 72.
- ORSI, R. F. M.; WEILER, J. M. A.; CARLETTO, D. L.; VOLOSZIN, M. Percepção ambiental: uma ressignificação dos sentidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Universidade Federal do Rio Grande. V.32, n. 1, p: 20-38. 2015.
- PACHECO, É.; SILVA, H. P. **Compromisso Epistemológico do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, [2006]. Disponível em: > <https://docplayer.com.br/51002179-Compromissos-epistemologicos-do-conceito-de-percepcao-ambiental.html> < Acessado em: 15 de novembro de 2020.
- PALMA, I. R.. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. 2005. 72 f. Dissertação (Mestrado em engenharia) - Programa de Pós Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e Materiais – PPGEM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- ROCHA, L. B. Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativas para analisar o espaço geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.4/5, p.67-79, 2002/2003.
- RODRIGUES, M. L.; MALHEIROS, T. F.; FERNANDES, V.. DARÓS, T. D. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde Soc.**, v. 21, supl. 13, p. 96-110, 2012.
- SANTOS, L. P. M. O.; PIMENTEL, D. S. Conhecer para conservar: Análise da inserção social do Parque Natural Municipal do Curió de Paracambi – RJ. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 5, nº 9. 2017.
- TELES, P. A. **Percepção ambiental como ferramenta diagnóstica para o processo de integração entre uma unidade de conservação e a comunidade do entorno**. 2015. 155f. Dissertação (mestrado em Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2015.
- TORRES, D. F.; OLIVEIRA, E. S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Universidade Federal do Rio Grande, v. 21, jul a dez de 2008.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de DIFEK. São Paulo: DIFEL,1980.
- UICN. **Governança de Áreas Protegidas: Da compreensão à ação**. Série Diretrizes para melhores práticas em áreas protegidas, nº 20, 2013.
- VASCO, A.P.; ZAKRZEWSKI, S. B. B. O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil. **Perspectiva**, Erchim, v. 4, n. 125, p. 17-28, março de 2010.